

CADERNO DE RESOLUÇÕES DO XI CONGRESSO - 2015



XI CONGRESSO do SISMMAC

CADERNO DE RESOLUÇÕES

APRESENTAÇÃO	4
PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DO XI CONGRESSO DO SISMMAC	6
EIXO I: Análise de Conjuntura	7
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	7
EIXO III: Programa de Trabalho para a Direção do SISMMAC	7
MOÇÕES APROVADAS	13
Não à criminalização da nossa luta! Moção de repúdio à Lei Antiterrorismo	14
Moção de repúdio a proposta da Prefeitura de alteração da Lei 12.821/2008, que retira recursos do Fundo de Previdência dos trabalhadores do serviço público de Curitiba.....	14
Moção de repúdio contra a tentativa de mordaza imposta com os projetos Escola Sem Partido	15
Moção de repúdio às parcerias público-privadas na educação	16
Moção de repúdio à criminalização do magistério municipal na mídia.....	17
Moção de apoio à luta dos trabalhadores da Usiminas de Cubatão	18
Moção de repúdio à retirada da discussão sobre gênero e diversidade do Plano Municipal de Educação	19

APRESENTAÇÃO

O avanço da nossa organização enquanto categoria vem impulsionando o aumento da participação e a consolidação dos nossos espaços de discussão. Esse é o balanço do XI Congresso do SISMMAC, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2015.

O maior envolvimento do magistério municipal na definição sobre os rumos do Sindicato fez com que esse fosse o maior Congresso da nossa história. Mais de 270 professoras e professores, representando ao todo 124 locais de trabalho, participaram ativamente dos dois dias de debates e decisões.

Também podemos comemorar o amadurecimento dos nossos mecanismos internos de discussão. Além da Tese 1, elaborada pela direção do SISMMAC, outros dois grupos escreveram contribuições com análises divergentes. Nossa categoria avança a medida que debate os projetos diferentes e decide com maturidade as melhores opções para o coletivo.

Confira nesse Caderno de Resoluções todas as ações e moções aprovadas no XI Congresso. Além de registrar as prioridades que deverão orientar a direção do SISMMAC nos próximos anos, esse material também aponta os temas que continuam em análise no próximo período.

Nossos espaços de debate não terminaram com a realização do Congresso. Alguns temas, como a reorganização do movimento sindical e a construção de um sindicato único dos trabalhadores em educação, nortearão um amplo processo de discussão ao longo de 2016.

Leia o Caderno de Resoluções e envolva-se nos debates e na efetivação das propostas aprovadas! É com mobilização e participação consciente de toda a categoria que avançaremos em todos os níveis de nossa organização sindical!

PROPOSTAS
APROVADAS
NA PLENÁRIA
FINAL DO XI
CONGRESSO
DO SISMMAC

EIXO I

ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. Construir material permanente de conjuntura geral, potencializando nossas ações como categoria a partir dessas análises.

2. Ter no jornal do SISMMAC espaço para análise de conjuntura geral, garantindo que seja esse espaço seja aberto para contribuições da categoria.

EIXO II

ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL

3. Abrir discussão com o magistério sobre o movimento sindical por, no mínimo, um ano, proporcionando formação, utilizando os espaços existentes e criando outros para amadurecer a discussão com a categoria e assim **definir a vinculação ou não do nosso sindicato a uma central ou organização sindical.**

4. Continuar participando da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), **fortalecendo o bloco de oposição à direção majoritária da entidade. As posições governistas dessa direção levam ao rebaixamento das pautas históricas** das trabalhadoras e trabalhadores da educação. Reavaliar essa relação com a CNTE junto com a categoria no próximo período.

EIXO III

PROGRAMA DE TRABALHO PARA A DIREÇÃO DO SISMMAC

5. **Campanha de sindicalização constante** para alcançarmos mais de 70% da categoria, o que significa mais 2 mil professoras e professores até o próximo congresso, daqui a três anos.

5.1 Na campanha de sindicalização, informar aqueles que têm dois padrões da possibilidade de se sindicalizarem nas duas matrículas, ressaltando que **não é obrigatório, mas opcio-**

nal. Aqueles que quiserem contribuir integralmente, assim como fazem os profissionais que têm 20h, devem ter a possibilidade de fazê-lo.

5.2 Realizar **campanha de sindicalização após a aposentadoria** e campanha para que os aposentados permaneçam sindicalizados. Solicitar que o IPMC comunique ao Sindicato mensalmente as aposentadorias dos profissionais do magistério.

6. Trabalho constante para **fortalecer as ações e organizações por local de trabalho.** Construção de um material sobre as formas de organização e com exemplos de ações já realizadas pela categoria e suas vitórias, garantindo encontros periódicos para troca de experiências, com a participação do Coletivo de Aposentados.

7. Campanha constante de eleição e participação de representantes de escolas. Para além de manter a média de 2014 de mais de 50% das escolas participando, avançar e ter representantes em todas as unidades. Intensificar o trabalho da direção, aumentando as visitas nas escolas que não possuem representantes. Incentivar e esclarecer as escolas sobre a importância dessa representatividade. Através do trabalho de convencimento, representantes devem buscar aumentar as filiações nas suas escolas.

8. Atualização do **Manual do Professor.** O material será virtual, com uma cópia impressa por unidade, e abordará os direitos,

deveres e perguntas mais frequentes da categoria, considerando as diversas áreas de atuação, suas especificidades e uma projeção de carreira. Colocar junto ao Manual do Professor um manual do Sindicato, para que o professor entenda a necessidade e a importância de se sindicalizar.

9. Construção de um programa de formação política e constituição de um grupo de estudos do SISMMAC que tenha como tema central a educação pública e a realidade que a determina.

9.1. Utilizar o Conselho de Representantes como espaço de formação política (debate sobre conjuntura, por exemplo) e não apenas de repasse ou discussão das pautas da categoria.

9.2 Promover módulos de formação, seminários e palestras com temas gerais e específicos regularmente.

10. Lutar para ampliar o número de liberações sindicais do SISMMAC junto à Prefeitura para, no mínimo, um por regional. Atualmente temos 8 liberados para mais de 10 mil profissionais na ativa e mais de 4 mil aposentadas(os). Incluir essa reivindicação como pauta prioritária na próxima Campanha de Lutas.

11. Propor uma **assembleia específica para debater a possibilidade da diretora ou diretor sindical que esteja na liberação e possua apenas um padrão (20h)**

possa dobrar essa jornada, recebendo uma ajuda de custo no valor do vencimento que ele recebe da Prefeitura. Essa possibilidade deve ser avaliada de acordo com a disponibilidade orçamentária do SISMMAC, respeitando critérios a serem estabelecidos em assembleia, garantindo também que não ocorram perdas salariais.

12. Efetuar debates periódicos nas reuniões de Conselho de Representantes, nas unidades educacionais, em espaços específicos e nos materiais do Sindicato sobre a proposta de avançarmos para um sindicato de trabalhadoras e trabalhadores da educação.

12.1 Fazer essa discussão com a direção do SISMUC e diretamente com as demais trabalhadoras e trabalhadores da educação.

12.2 Convocar assembleia até o final de 2016 para avaliar o quanto avançamos no debate sobre a construção de um sindicato de trabalhadores da educação e quais são os encaminhamentos possíveis para essa proposta.

13. Continuar a construção e fortalecer a luta por aumento salarial real, acima da inflação, conforme nossa Pauta de Reivindicações.

14. Lutar pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional (PSPN) 11738/2008, em sua versão sancionada em 16/07/2008, e declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2011. Destinar no mínimo 1/3 da carga horária para hora-atividade para

todos os profissionais do magistério, incluindo pedagogos, profissionais da educação especial, da educação infantil e tutores, como proposto na lei e aprovado na Conferência Municipal de Educação, sem diminuição da corregência ou de qualquer outra carga horária pedagógica. Lutar pela ampliação para 50% de hora-atividade.

15. Lutar pela contratação imediata de profissionais do magistério e demais categorias nas unidades para garantir boas condições de trabalho e qualidade da educação. Essa contratação deve ser feita através de concurso público em número suficiente para cobrir aposentadorias, falecimentos e exonerações e para atender as demandas de hora-atividade e número de alunos por turma. Abertura imediata de novo concurso público para Docência I e Docência II – Matemática. Revisar a Portaria de Dimensionamento 45/2014 e Portaria 03/2009.

16. Lutar pela garantia de um limite máximo de estudantes por turma, atentando-nos para a questão da inclusão, concomitante à ampliação proporcional da estrutura das unidades de ensino e de profissionais do magistério, conforme indicativo da Conferência Nacional de Educação CONAE 2010, do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, e da Conferência Municipal de Educação de Curitiba realizada em 2011, obedecendo à seguinte proporção:

- Educação Infantil: 3 a 5 anos até 15 crianças por turma;

- Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano - até 20 estudantes por turma;
- Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano - até 25 estudantes por turma.

a) Limitar o número de estudantes em sala de aula observando o espaço mínimo de:

I - 4,5 m² ao profissional do magistério;

II - 1,5 m² ao estudante, de educação infantil ao ensino fundamental

16.1 Lutar pela efetivação do Plano Municipal de Educação no que diz respeito à redução do número de alunos por turma, visando melhores condições de trabalho e maior qualidade na educação.

17. Lutar por melhores condições de trabalho nos CEIs e nas UEs, reduzindo o número de alunos nas oficinas, aumentando o número de professores e funcionários. Incluir essa reivindicação como pauta prioritária do SISMMAC.

18. Dar continuidade à luta pelo enquadramento correto dos servidores no novo Plano de Carreira, incluindo ativos, aposentados e também os professores com mais de 25 anos de serviço, conforme a Lei 14544/2014.

19. Lutar pela retirada da anotação da falta ao trabalho da ficha funcional de todos os profissionais do magistério que participaram da greve de agosto de 2014.

19.1 Lutar pelo pagamento dos profissionais que fizeram a reposição da greve de 2012 e ainda não receberam.

20. Lutar pelo investimento de, no mínimo, 35% dos recursos provenientes de impostos de Curitiba (próprios e transferências) em educação e manter ou elevar este nível de investimento enquanto não forem superados os déficits educacionais históricos, conforme o Plano Municipal de Educação.

21. Direito às férias coletivas de LTS e Licença Maternidade: Diversos servidores do magistério municipal, tendo a licença gestação e LTS se encerrado no meio das férias coletivas, têm sido obrigados a retornar ao trabalho, durante as férias coletivas do magistério. Acordo coletivo de 2007, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba, SISMMAC e SISMUC que permite aos servidores usufruir do restante das férias coletivas tem sido descumprido por essa administração municipal. Esses profissionais são obrigados ainda, durante as férias coletivas, a desempenharem trabalhos que não competem a sua função de concurso. Diante de tal fato é necessário retomar a luta para que os servidores em tal situação (LTS e licença gestação) tenham o direito a usufruir as férias coletivas da categoria.

22. Realizar debate sobre o fechamento de turmas nas escolas de 6º ao 9º ano e o não envio de cartas aos alunos do 5º ano para estes se matriculem na série seguinte, o que coloca em risco a permanência da rede de 6º ao 9º no município. Lutar contra o fechamento de turmas.

23. Elaborar uma proposta de alteração no Estatuto vigente até o final da atual gestão do Sindicato, com a participação da categoria, ativos e aposentados.

24. Continuar participando dos Conselhos Municipais para marcarmos nosso posicionamento político diante das pautas debatidas, fazer questionamentos e levantar dados para denúncias que nos ajudem na construção de nossas lutas. Fazer avaliação em Assembleia caso se perceba a necessidade de deixar de participar de algum desses espaços.

25. Realizar durante as gestões do SISMMAC uma Conferência de Educação para que o Sindicato possa formular de forma consistente suas posições relativas às políticas públicas de Educação.

26. Lutar pela revisão do Decreto 899, publicado em 23 de setembro de 2015 que cria a Gratificação Técnica Especial vinculada à execução de projetos pedagógicos e do programa comunidade escola para os servidores atuantes na Secretaria Municipal de Educação. Neste decreto, os profissionais perdem direitos referentes aos encargos do 13º salário, férias e aposentadoria.

27. A direção do SISMMAC, junto com voluntários da categoria, deverá organizar campanha para aquisição de sede própria.

28. Realizar uma reunião com os novos professores quando da sua adesão, visando apresentar o Sindicato e esclarecer dú-

vidas sobre seus direitos e deveres.

29. Exigir da Prefeitura transparência no processo de escolha de vagas no processo de remanejamento, revendo os critérios em comissão paritária.

30. Reavaliar os dias da semana em que ocorre o Conselho de Representantes, conforme necessidade dos atuais representantes.

31. Disponibilizar assessoria jurídica para casos específicos que vão além das questões trabalhistas, mas que estejam relacionadas ao trabalho.

32. Campanha de fortalecimento para melhorias na estrutura e qualidade de atendimento do ICS e IPMC.

33. Realizar debates coletivos e elaborar materiais sobre a diversidade, abordando a implantação da Lei nº 10639/03 e da Lei nº 11645/08 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e sobre os temas de gênero, opressão feminina e LGBTQI+.

33.1 Promover debates coletivos, desde formações até reuniões específicas, abrindo a possibilidade de formar coletivos sobre esses temas.

33.2 Promover cursos de formação a instrumentalização dos professores para a prática nas escolas das Leis nº 10639/03 e nº 11645/08, a exemplo das atividades realizadas com a Associação de Capoeira Angola Dobrada (ACAD).

34. Realizar assembleia para eleger uma comissão composta por quatro professores da base e um aposentado, sindicalizados, para acompanhar os trabalhos do Conselho Fiscal.

35. Lutar contra as terceirizações na Prefeitura de Curitiba. O Conselho de Representantes de setembro aprovou uma posição de denúncia no Ministério Público Municipal da ausência de nutricionistas que cuidam da merenda escolar, enviada às escolas pela Risotolândia. É preciso ir adiante e encampar a luta pelo fim das terceirizações da merenda e limpeza das escolas da rede municipal. As terceirizações representam o incentivo à pre-

carização do trabalho. Estudos demonstram que acidentes de trabalho, contratos de curta duração, salários mais baixos e jornadas elevadas são reflexos desse tipo de contratação. Além disso, a terceirização dificulta a organização sindical desses trabalhadores.

36. Realizar anualmente **seminário com as professoras e professores pré-aposentados**, para esclarecer dúvidas e regras de aposentadoria.

36.1 Encampar uma luta a nível nacional pelo retorno do direito à aposentadoria com paridade e isonomia.

MOÇÕES APROVADAS

Não à criminalização da nossa luta! Moção de repúdio à Lei Antiterrorismo

No dia 28 de outubro, o Senado aprovou o texto principal do Projeto de Lei Complementar (PLC) 101/2015, que caracteriza o crime de terrorismo no Brasil. A proposta abre margem para que protestos que critiquem os diferentes governos sejam caracterizados como terrorismo. Na prática, isso significa que as mobilizações de trabalhadores e do conjunto dos movimentos sociais serão ainda mais criminalizados toda vez que ousarem ir às ruas lutar por melhores condições de vida e trabalho.

A chamada Lei Antiterrorismo prevê pena de reclusão de 16 a 24 anos em regime fechado para quem atentar contra a “paz pública” ou “provocar terror social ou generalizado”. O texto volta para o plenário da Câmara dos Deputados por ter sido alterado no Senado, incluindo a possibilidade da lei ser aplicada para criminalizar os movimentos sociais.

Nós, professoras e professores da rede municipal de Curitiba reunidos no XI Congresso do SISMMAC, repudiamos a aprovação da Lei

Antiterrorismo. Pois essa lei busca reprimir a luta dos trabalhadores que vão às ruas lutar por direitos e que enfrentam a polícia armada, balas de borracha e gás lacrimogênio, a exemplo do que viveram os servidores estaduais do Paraná em abril deste ano.

Num período de diversos ataques aos nossos direitos, aprovar uma lei que nos impede de lutar para manter direitos e melhorar nossas condições de trabalho e de vida só favorece os patrões. Nesse momento, em que os empresários tentam empurrar a conta da crise que eles mesmos criaram para os trabalhadores, a nossa mobilização é essencial para barrar esses ataques!

Não podemos permitir que intimidem ainda mais as trabalhadoras e trabalhadores que ousam lutar. Dessa vez, para além do assédio moral e descontos salariais, ameaçam a nossa classe com mais de 15 anos de prisão para quem for às ruas por seus direitos! Nós não aceitamos a criminalização das lutas dos trabalhadores!

Moção de repúdio a proposta da Prefeitura de alteração da Lei 12.821/2008, que retira recursos do Fundo de Previdência dos trabalhadores do serviço público de Curitiba

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, repudiam a proposta de alteração da Lei 12.821/2008, que permite ao prefeito

Gustavo Fruet (PDT/PT) cortar mais de R\$ 10 milhões do repasse mensal do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) e sacar R\$ 100 milhões dos

aportes já feitos ao longo de 2015.

A proposta, que coloca em risco o equilíbrio financeiro do Instituto e conseqüentemente o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores, voltou a ser apresentada no dia 27 de outubro de 2015 aos quatro sindicatos que representam os servidores municipais. A mesma mudança já havia sido rejeitada pelos sindicatos em fevereiro deste ano, mas foi retomada agora pela administração municipal sem sequer ter convocado uma reunião da comissão paritária responsável pelo tema.

O que está por trás dessa proposta é mais uma tentativa de transferir para os trabalhadores o ônus da crise econômica que foi criada por empresários e governantes. Diante da crise, governos de diferentes esferas tentam colocar as mãos no dinheiro da previdência dos servidores. Preferem colocar em risco a

aposentadoria de milhares de trabalhadores do que rever contratos superfaturados ou diminuir regalias de cargos comissionados.

O exemplo mais alarmante desse tipo de ataque é o rombo inconstitucional promovido pelo governador Beto Richa (PSBD) na previdência dos servidores estaduais.

Não podemos aceitar que esse ataque seja aprovado também em Curitiba e coloque em risco nosso direito à aposentadoria!

A luta contra os ataques ao IPMC começa com mobilização para impedir que qualquer proposta de alteração seja encaminhada à Câmara Municipal antes de um amplo debate com o conjunto dos trabalhadores do município.

Repudiamos toda e qualquer forma adotada por patrões e governos de tentar impor aos trabalhadores a conta da crise econômica criada por eles.

Moção de repúdio contra a tentativa de mordação imposta com os projetos Escola Sem Partido

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, manifestam seu repúdio aos projetos de lei intitulados 'Escola Sem Partido', que buscam proibir o debate sobre problemas sociais e políticos em sala de aula.

Enfrentamos uma série de ameaças que buscam impedir que a escola contribua na formação de jovens críticos, capazes de analisar por si próprios o mundo que os cerca. Nacionalmente, o Projeto de Lei 867/2015 pretende incluir entre as diretrizes e bases da educação

nacional o Programa Escola sem Partido, de autoria do deputado federal Izalci Ferreira (PSDB/DF). A nível estadual, tramita na Assembleia Legislativa **o projeto de lei 748/2015**, de autoria do pastor Gilson de Souza (PSC). No município, enfrentamos um ataque semelhante, de autoria da vereadora Carla Pimentel (PSC), com a proposta 005.00236.2014.

Alfabetizamos, ensinamos a ler e escrever, como parte de um processo que busca ensinar nossos jovens a exercitar sua autonomia de pensamento. Essa não é um ato 'partidário',

como critica a proposta, mas é sim uma ação política. A escola não pode se recusar a tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas que emergem em nossa sociedade.

Defender que a prática educativa deve ser “neutra” é retirar da educação sua verdadeira essência emancipatória. Mais do que isso. Significa, na verdade, reproduzir a ideologia dominante, que criminaliza a luta dos trabalhadores, legitima velhos preconceitos e trata as desigualdades sociais como imutáveis.

Além disso, é também uma forma de criminalizar a luta em defesa da educação pública. O projeto visa proibir que as professoras e pro-

fessores falem com os alunos sobre os problemas vividos nas unidades escolares ou sobre as lutas da categoria por melhores condições de trabalho e valorização. No caso da rede estadual, por exemplo, os profissionais da educação seriam proibidos de falar com os alunos sobre a agressão que sofreram no dia 29 de abril, durante a operação policial que acobertou a aprovação do projeto de lei que saqueou a previdência dos servidores estaduais.

A mordaza que pretendem impor às professoras e professores é uma forma brutal de escamotear as desigualdades, injustiças e opressões que estão à vista de toda a sociedade.

Moção de repúdio às parcerias público-privadas na educação

Vivemos um momento de desmonte da educação pública em todo o país. O governo federal cortou do orçamento da educação cerca de R\$ 1 bilhão, prejudicando ainda mais uma área que sofre há anos com cortes e precarização.

Com a desculpa da crise econômica, multiplicam-se iniciativas que buscam transferir para os empresários a gestão de escolas públicas. A ameaça mais recente é a vivida no Rio Grande do Sul, onde a Assembleia Legislativa aprovou em agosto um projeto que permite que empresas patrocinem unidades de ensino. Na prática, essa medida busca tirar do Estado a responsabilidade de financiar e gerir a educação.

Infelizmente, esse não é um caso isolado. Os estados de Goiás, Pará e Espírito Santo querem privatizar não só o financiamento,

como também a gestão das escolas públicas. As propostas buscam transferir a administração da educação para as organizações sociais (OS) de caráter privado.

Essas iniciativas também avançam na terceirização de serviços escolares não pedagógicos por meio de parcerias público-privadas. Ou seja, ao invés de investir dinheiro público na educação pública, decide-se por repassar para a iniciativa privada a administração escolar, precarizando as contratações e imprimindo na educação uma lógica de mercado.

Em Curitiba caminhamos no mesmo sentido. Faltam professores e demais funcionários nas escolas e desde o ano passado reivindicamos a abertura de concurso público. Ao invés de atender nossa reivindicação e contratar mais professores, a Prefeitura avança em

parcerias com empresas privadas também no desenvolvimento de atividades pedagógicas. Para o projeto Equidade, a Prefeitura firmou uma parceria com uma faculdade privada, a Faculdade de Educação Superior do Paraná (Fesp) e com a empresa privada Quíron para o desenvolvimento de atividades sobre empreendedorismo.

As professoras e professores municipais

de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, manifestam seu repúdio a todas as medidas que buscam transferir para a iniciativa privada a gestão da educação pública. Reafirmamos também nosso compromisso com a luta para que os setores que hoje estão sob controle privado, como é o caso da segurança e alimentação das escolas, voltem a ser geridos exclusivamente pelo estado.

Moção de repúdio à criminalização do magistério municipal na mídia

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, manifestam seu repúdio às redes de comunicação sensacionalistas que veiculam notícias relacionadas à educação pública, culpabilizando os profissionais do magistério por problemas sociais e culturais. Para isso, distorcem fatos, escandalizando, omitindo e inventando factoides para adquirir audiência.

O fato mais recente aconteceu com três professoras da rede municipal da Escola Dona Pompília que foram equivocadamente acusadas de *bullying* a um estudante que possui cabelos longos. Sempre defendemos, inclusive em nossa Pauta de Reivindicações, que tenhamos formação para garantir o combate ao preconceito na escola.

Passamos recentemente por uma votação do Plano Municipal de Educação em que, infelizmente, os vereadores foram contra toda e qualquer medida preventiva de formação de professores e contra debates que envolvessem gênero

e diversidade. Naquela ocasião, nenhuma rede de televisão deu destaque a esse debate.

Agora se demonstram preocupados com a denúncia feita por uma mãe que alega que seu filho foi advertido por conta do tamanho de seu cabelo na escola. Utilizam um fato individual e infundado (sem provas) para responsabilizar professores individualmente pelo suposto assédio. A Escola Municipal Dona Pompília foi citada em rede de televisão, pessoas da comunidade relatam que foram pressionadas por equipes de jornalismo para que dessem entrevistas criticando a unidade, mesmo sem saber do que se tratava. As professoras da escola foram citadas e não obtiveram direito sequer a defesa de sua versão. O advogado das professoras, quando entrevistado, não teve sua declaração claramente divulgada, mostrando a forma tendenciosa com que a rede de televisão se posicionou. Esse tipo de prática não ajuda a avançarmos contra o preconceito nas unidades, pelo con-

trário, gera mais preconceito, tensionando a relação escola/comunidade.

Repudiamos também a postura da Chefia de Núcleo do Pinheirinho ao declarar em rede de televisão que tomaria providencias sobre o caso, dando a entender que as professoras tiveram culpa na referida situação,

sem sequer comparecer na escola para conversar e apurar os fatos.

Por fim, nos solidarizamos às professoras envolvidas que estão lotadas há vários anos na unidade, executando um trabalho de qualidade, comprovado por inúmeros membros da comunidade escolar.

Moção de apoio à luta dos trabalhadores da Usiminas de Cubatão

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, manifestam seu apoio à luta contra o fechamento temporário de várias áreas da Usina Siderúrgica de Cubatão, localizada na região de Santos (SP), anunciada pela empresa no dia 29 de outubro. A suspensão causará pelo menos 4 mil demissões. A Siderúrgica é uma das principais empregadoras da região, portanto a paralização afetará um grande número de trabalhadores direta e indiretamente.

Recentemente, os metalúrgicos da região de Santos deram exemplo para todo o Brasil ao repudiar o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que propunha reduzir até 30% dos salários.

A Usiminas, como outras grandes empresas, quer manter e ampliar seus lucros às

custas dos trabalhadores. Como não conseguiram rebaixar salários, pretendem desempregar milhares e posteriormente contratar novos trabalhadores com salários reduzidos. Essa intenção fica clara, considerando que o fechamento anunciado é temporário. Além disso, nos últimos anos, a Usiminas já demitiu centenas de trabalhadores intensificando o trabalho de quem fica. A própria indústria já admitiu que aumentou a produção sem novas contratações.

Afirmamos nosso repúdio a mais esse ataque e declaramos todo o apoio do magistério de Curitiba aos trabalhadores metalúrgicos da região de Santos. Os trabalhadores não podem pagar pela disputa entre os acionistas da Usiminas em busca de mais lucros.

Moção de repúdio à retirada da discussão sobre gênero e diversidade do Plano Municipal de Educação

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XI Congresso do SISMMAC, manifestam seu repúdio à retirada das estratégias que tratavam do respeito à diversidade e combatiam o preconceito de gênero e diversidade sexual no Plano Municipal de Educação.

Segundo pesquisas, atos de discriminação de gênero e de orientação sexual são comuns nos espaços escolares. Portanto, reiteramos a necessidade constante de formação e debate sobre esses temas com a comunidade escolar, bem como sua inclusão nos planos de educação do município, do estado e da federação, colaborando para a construção de uma educação pública laica, e que garanta o respeito à diversidade e a inclusão de todas as pessoas.

Reconhecemos que a discriminação por gênero e por orientação sexual promove a exclusão escolar de muitas crianças e adolescentes. Defender uma educação inclusiva é lutar pela garantia de acesso e permanência de TODOS à educação.

Também repudiamos a atitude do Conselho Municipal de Educação, que no dia 04 de novembro recuou em sua defesa de uma educação que respeite a diversidade, não aprovando uma moção sobre esse tema.

O combate ao machismo e à homofobia é nossa bandeira de reivindicação, para que, respeitando nossas diferenças, possamos nos fortalecer como classe trabalhadora na luta por uma sociedade sem opressão e sem exploração.



SISMMAC
Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Gestão Novos Rumos
Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças | Curitiba/PR
Fone/Fax: 41 3225-6729
sismmac@sismmac.org.br | www.sismmac.org.br

